



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**  
2 **e sete dias de julho de dois mil e onze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais de  
3 saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani iniciou a reunião, dando as boas  
4 vindas a todos os presentes e convidou conselheiros gestores, usuários e trabalhadores para  
5 compor a Mesa Diretora, onde o Sr. Luiz, representou os gestores, a Sra. Marlene  
6 representou os trabalhadores e o Sr. Armando representou os usuários, até ser substituído  
7 pelo Sr. Mariante. Após a composição da Mesa Diretora, o Sr. Porsani realizou a leitura das  
8 pautas, sendo: **I. Informes; II. Votação das Atas de 25 de maio, 08 e 29 de junho; III.**  
9 **Apresentação e discussão do processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA)**  
10 **2012, a ser realizado pelo Sr. Fábio Forte de Andrade, diretor do Fundo Municipal de**  
11 **Saúde.** Falou que a presente reunião é importante, pois abre o processo de discussão do  
12 orçamento de 2012, com a participação de muitos atores. **I. Informes:** O Sr. Armando falou  
13 que esteve em uma plenária no Jardim São Marcos, onde foi verificado um ato de violência e  
14 uma situação de insegurança onde um usuário agrediu uma funcionária. Protocolou um  
15 documento na Mesa e realizou a leitura do mesmo. O Sr. Gedeão, do Centro de Saúde Santa  
16 Lúcia, informou sobre uma situação complicada na região Sudoeste, com a falta de médicos  
17 e a falta de reposição dos mesmos. Falou que a falta desses profissionais causam a  
18 desassistência dos usuários. Informou que um médico do centro de saúde entrará de férias,  
19 não tendo ninguém para substituí-lo, ficando a unidade de saúde desprovida de médicos. A  
20 Sra. Maria Gil falou que a espera para Oftalmologia, no centro de saúde Santa Lúcia, está  
21 longa, pois faltam profissionais, acarretando na desassistência e na procura por médicos  
22 particulares pelos usuários que tem esta condição. Afirmou que esta situação foi discutida,  
23 porém não foi resolvida, sendo que este problema arrasta-se há muito tempo. Ressaltou que  
24 faltam clínico-gerais e ginecologistas. Disse que aguarda a resposta do secretário de saúde.  
25 O Sr. Trombetta falou sobre as capivaras, onde a incompetência, omissão e conveniência da  
26 Vigilância Sanitária são tantas que foram incapazes de eliminar todas as capivaras. Apontou  
27 ainda que a Vigilância Sanitária é tão incompetente ou omissa que ainda não fora avaliar as  
28 novas instalações de Otorrinolaringologia da Santa Casa, permanecendo estas fechadas,  
29 mesmo após as reformas para adequações. Defendeu que o Conselho deve tomar  
30 providências contra essa incompetência ou omissão. Apontou como sendo revoltante, onde  
31 o tempo de espera para uma consulta com um clínico-geral em torno de trinta dias e um  
32 tempo de espera muito maior para as especialidades médicas. Questionou as razões pelas  
33 quais os conselheiros vem às reuniões, onde cabe ao Conselho realizar uma ação conjunta e  
34 levar ao Ministério Público, pois não existe outro jeito. Apontou que o Dr. Saraiva não tem  
35 estado mais presente no momento dos informes e que não existem gestores na reunião.  
36 Falou que tentou agendar uma consulta, mas não teve êxito, pois não existem clínico-gerais.  
37 Ressaltou a incompetência da Vigilância Sanitária nas questões das capivaras e das antenas  
38 de celulares, que vem apresentando problemas. A Sra. Wilma falou que tem muitas  
39 reclamações, mas quem deveria estar presente não está. Falou sobre médicos que são  
40 contratados para a Prefeitura de Campinas e, no horário do plantão, não estavam no local e



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



41 sim, prestando plantão em outro local. Diz que essa omissão causou o óbito de um paciente.  
42 Apontou que estará encaminhando essa denúncia ao Ministério Público. Falou sobre o caso  
43 do paciente, vítima de politrauma, que veio à óbito por incompetência do serviço público de  
44 saúde, pois tratava-se de um paciente jovem. Apontou que o Dr. Saraiva não respeita mais o  
45 Conselho Municipal de Saúde, pois não tem estado mais presente nos informes. Falou sobre  
46 o prédio da Otorrinolaringologia na Santa Casa, onde mesmo após a reforma para  
47 readequação, aguarda a vistoria da Vigilância em Saúde a mais de quinze dias, causando  
48 espera de atendimento de muitos usuários, sendo este um caso sério e grave e questionou  
49 onde está a VISA, o qual o secretário fala que tem funcionários suficientes. Apontou que isso  
50 é desassistência à população e que não as deliberações do CMS contrárias à gestão  
51 responsáveis por esta desassistência. Falou que é uma prática da gestão, em ocasiões de  
52 votações de convênios, argumentar que a rejeição acarretaria desassistência e que seria  
53 culpa do CMS. O Sr. Francisco falou que além das denúncias, hoje será verificada a situação  
54 financeira do município. Disse que na próxima segunda-feira, no sindicato dos metalúrgicos,  
55 ocorrerá uma reunião ampliada do CEBES, aberta a todos os interessados, para discutir o  
56 cenário de desmonte do serviço público, em especial aos problemas que o CEREST vem  
57 sofrendo e as investidas realizadas contra a saúde. Falou sobre a necessidade de uma  
58 organização para evitar essa situação. Informou que no começo do mês, foi apontada a crise  
59 no Complexo Hospitalar Ouro Verde, devido à questão de dívida com a SPDM, e esteve na  
60 audiência pública na Câmara da Vereadores e ficou claro para ele, falando como pessoa  
61 física, que a política de gestão privada resulta em problemas, como este, onde quando falta  
62 dinheiro, ocorre a desassistência. Apontou que não houve cumprimento da decisão da  
63 municipalização do CHOV, onde a gestão não apresentou propostas, conforme fora  
64 aprovado no CMS. Argumentou que a decisão, por causa de questões concretas, do que o  
65 serviço privado faz quando mexe com a questão financeira, deixando de atender. O Sr.  
66 Genésio apontou sua indignação em relação à Oftalmologia, onde pediu informações, sem  
67 retorno. Informou que as óticas tem procurado as associações de moradores de bairros,  
68 oferecendo atendimentos gratuitos, incorrendo em uma questão gravíssima. Solicitou que  
69 fosse realizado um debate sobre a legalidade destes atos. Perguntou até onde os informes  
70 no CMS chegarão, colocando-se preocupado com os encaminhamentos das denúncias  
71 realizadas nos informes. O Sr. José Martim registrou a indignação com o ocorrido na  
72 segunda-feira, onde foi retirar um medicamento e a farmácia vem fechando às 16  
73 (dezesesseis) horas, onde existe a informação que funcionaria até as 19 (dezenove) horas. O  
74 Sr. José Carlos informou sobre o convite do Movimento Popular de Saúde para a plenária de  
75 conselheiros, militantes e movimentos sociais em defesa do SUS, que ocorrerá no dia 23 de  
76 agosto, no sindicato dos metalúrgicos. Informou ainda sobre o convite recebido, da  
77 ACCAMP, para o I Seminário Regional sobre a Doença de Chagas, a ser realizado no dia 02 de  
78 setembro. O Sr. Porsani respondeu ao Sr. Genésio que para as denúncias realizadas através  
79 dos informes, a Comissão Executiva sugere que as pessoas façam por escrito, para serem  
80 pautadas nas reuniões da Executiva e do Conselho Municipal de Saúde, ajudando no



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



81 encaminhamento. Solicitou que o Sr. Genésio o faça através do guia do CMS. Informou que a  
82 AACD encerrou o convênio com a Secretaria Municipal de Saúde, mesmo sendo aprovado,  
83 por unanimidade, em reunião do CMS, realizada em 11 de maio de 2011. Apontou que a  
84 Comissão Executiva solicitou a presença da Dra. Maria Luíza – coordenadora do Centro de  
85 Referência em Reabilitação e a AACD para esclarecimentos. **II. Votação das Atas de 25 de**  
86 **maio, 08 e 29 de junho:** o Sr. Porsani questionou se algum conselheiro tem alguma  
87 consideração, não havendo manifestações. Em regime de votação, o Conselho Municipal de  
88 Saúde **APROVA a ata de 25 de maio**, com 01 (um) voto contrário e 01 (uma) abstenção. Para  
89 a ata de 08 de junho, a Sra. Izabel fez uma consideração, onde deveria constar o valor do  
90 convênio com a PUCC, tão qual ocorre com o convênio com a Maternidade de Campinas. O  
91 Sr. José Carlos respondeu que ela estaria correta na sua ressalva e que realizará a inclusão da  
92 informação solicitada. Considerando a ressalva apontada, em regime de votação, o Conselho  
93 Municipal de Saúde **APROVA a ata de 08 de julho**, com 08 (oito) abstenções. Para a ata de  
94 29 de julho, não houve considerações. Em regime de votação, o Conselho Municipal de  
95 Saúde **APROVA a ata de 29 de julho**, com 01 (um) voto contrário e 03 (três) abstenções. **III.**  
96 **Apresentação e discussão do processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA)**  
97 **2012:** o Sr. Fábio Forte, diretor do Fundo Municipal de Saúde, realizou a apresentação,  
98 explicando os dados técnicos da elaboração da LOA. O Sr. Xavier falou sobre a construção do  
99 Centro de Saúde do Parque Oziel, que vem se enrolando desde 2002, onde havia emenda  
100 parlamentar, quando o parlamentar não foi reeleito e acabou se perdendo essa verba.  
101 Colocou a elevação dos custos da obra ao longo dos tempos. Colocou que espera que a obra  
102 seja entregue em agosto, conforme prometido. Perguntou se a verba é somente do  
103 município ou se tem verba federal. Falou sobre as dívidas que são passadas de ano para  
104 outro. A Sra. Liana colocou que existe uma confusão na saúde, pois não existem médicos no  
105 atendimento, pois estes estão realizando funções de gestão. Afirmou que se os médicos  
106 estivessem atendendo a população, a situação seria outra. Afirmou que a administração  
107 deve ser realizada por administradores e médicos deveriam atender o povo, devendo tirá-los  
108 da gestão. Criticou o número de médicos nas funções administrativas nos distritos de saúde  
109 e na SMS. Afirmou que os medicamentos que não estão sendo pagos, com falta de  
110 Sinvastatina e remédios da saúde mental, o qual os pacientes tem grande dependência. O Sr.  
111 Francisco agradeceu ao Sr. Fábio pela apresentação e afirmou ser importante que os  
112 problemas apareçam e que o Sr. Fábio apresentou todos os problemas, merecendo o  
113 crédito. Afirmou esperar de todos os gestores a relação transparente com o controle social,  
114 como realizada na presente reunião. Falou sobre a falta de remédios, insumos, de reformas  
115 e obras paradas, de empresas que não querem prestar serviços para a Prefeitura porque  
116 desistem durante por falta de pagamentos, existe uma base de como funciona a gestão  
117 financeira, o qual ficou claro, devendo ser discutida a elaboração do orçamento. Apontou ser  
118 uma tarefa para esse Conselho, em setembro tentar intervir no orçamento. Afirmou ser mais  
119 uma tarefa para o CMS, em especial para os gestores, o cumprimento das deliberações de  
120 várias Conferências, com autonomia plena do Fundo Municipal de Saúde, sendo que o



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



121 Conselho Nacional de Saúde defende essa questão, pois a Saúde não pode ser motivo de  
122 contingenciamento conforme a vontade do Prefeito ou do secretário de finanças. Defendeu  
123 que deve haver o repasse regular de verbas para a Saúde, pois os pacientes não deixam de  
124 necessitar de medicações, quando estes estão em falta. Defendeu que a Saúde é de primeira  
125 necessidade e continuada. Argumentou que a verba destinada a Saúde, sendo de origem  
126 Federal ou Estadual, ou mesmo do próprio orçamento do município, deveria vir para o FMS à  
127 cada dez ou quinze dias, para que a Saúde faça a sua priorização destes recursos. Afirmou  
128 que existem municípios que tem por leis municipais a autonomia de seus fundos municipais  
129 de saúde. Propôs que o CMS tome essa decisão hoje, tal qual uma moção, exigindo do  
130 governo municipal encaminhar um projeto de Lei, garantindo a autonomia do FMS de  
131 Campinas. O Sr. Elzito colocou sua preocupação com a previsão de entrega do Centro de  
132 Saúde do Jardim Fernanda e perguntou quando será a inauguração e se existirá um quadro  
133 de recursos humanos para trabalhar na unidade. Não quer ver uma obra bonita sem  
134 funcionar corretamente. O Sr. Trombetta questionou quando é realizada a prestação de  
135 contas, são apresentados os gastos empenhados com a Saúde, na ordem de R\$  
136 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), sendo empenhados em escala. Apontou que o  
137 Sr. Fábio apresentou que foram gastos R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)  
138 neste ano, faltando R\$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais) de restos a pagar.  
139 Apontou que falta concluir várias unidades, as quais custam mais que R\$ 5.000.000,00 (cinco  
140 milhões de reais) cada. Perguntou como fica a prestação de contas, onde se aponta o valor  
141 dos restos a pagar na prestação de contas, faltando tantas obras e reformas que deverão  
142 ocorrer. Falou que quando a verba está empenhada, esta existe na Prefeitura, mas existe  
143 muita falta de pagamento a fornecedores, que deixam de entregar os materiais licitados.  
144 Relatou que presta serviços a uma empresa que presta serviços à Prefeitura, que possui uma  
145 verba empenhada, porém não a recebeu. Falou que afirmam que se gastou tanto com  
146 medicamento, mas o CMS não sabe o total de gasto com medicações, sendo que nunca  
147 foram apresentadas as notas fiscais destes itens nem quem são os fornecedores. Questionou  
148 o porquê se compra medicações de locais mais longes, mesmo Campinas sendo um pólo  
149 tecnológico, com muitas indústrias farmacêuticas. A Sra. Izabel se colocou preocupada com  
150 o orçamento, pois percebe que não existe verba para o ano que vem, para sustentar a  
151 saúde. Colocou que a saúde não tem hora para acontecer. Afirmou que se imagina que irão  
152 ser gastos R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), mas que não será real. Apontou  
153 não existir concurso, não se estabilizando essa questão de recursos humanos. Falou sobre a  
154 necessidade de gastos com reformas em unidades carentes. Lembrou que ano que vem não  
155 se pode gastar por ser ano eleitoral. Perguntou como ficarão os usuários. Colocou-se  
156 indignada onde se colocam que a situação da Saúde é boa na mídia, mas não é a situação  
157 verdadeira. Diz que a população está sofrendo, onde não existe acolhimento, faltando  
158 trabalhadores, faltando base física para as pessoas. Perguntou como poderiam ser resolvidas  
159 essas questões. Observou que existem muitas pessoas capacitadas para colaborar na  
160 montagem do orçamento, sabendo da necessidade dos usuários da ponta do atendimento,



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



161 sendo que estas devem participar da construção deste orçamento. O Sr. Mendes perguntou  
162 se o financiamento que a Prefeitura faz entra na Lei de Responsabilidade Fiscal, como no  
163 caso de empréstimos para serem pagos em vinte anos. Perguntou qual o destino dos R\$  
164 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) que foi apontado e que faltou no orçamento. A  
165 Sra. Francisca apontou a preocupação com o apagão que a saúde poderá sofrer com a falta  
166 de funcionários. Falou sobre a importância da realização de concurso público para vários  
167 cargos, não somente para médicos. Lembrou que muitos auxiliares de enfermagem estão  
168 para se aposentarem, sem ocorrer a reposição. Apontou a Saúde Bucal, sendo os dentistas  
169 importantes para a saúde pública, devendo ocorrer concurso público para estes cargos.  
170 Afirmou ser triste quando, em uma escola pública, verificam-se crianças de quatro ou cinco  
171 anos com sérios problemas bucais, como as cáries. Lembrou que está previsto para o  
172 orçamento para o próximo ano a contratação de mais profissionais para a Saúde e  
173 perguntou se está previsto a contratação destes profissionais. Perguntou ainda se está  
174 previsto o retorno de direitos dos trabalhadores, tais como a insalubridade ou a questão do  
175 aumento de salários, não só da Saúde, mas de toda a Prefeitura. Afirmou entender a  
176 preocupação com as dívidas, mas defendeu que deveria existir desde o início do mandato do  
177 atual prefeito, antes de se desviar tanto dinheiro. Colocou que o trabalhador vem sofrendo  
178 por antecedência, pensando o provável caos da Saúde, onde ainda há tempo para repensar  
179 nas estratégias de governo, como a priorização da atenção básica, englobando muitos  
180 outros profissionais, além dos médicos. Falou sobre a importância de psicólogos e  
181 nutricionistas na rede básica de saúde de Campinas, pois muitas dores de estômago são  
182 causadas pela fome que a população passa ou pela alimentação inadequada. Defendeu que  
183 a Saúde de Campinas é boa, porém existem lugares com uma situação muito melhor. O Sr.  
184 Porsani parabenizou a Comissão Executiva do CMS em pautar o orçamento e comentou que  
185 é o primeiro ano que se debate o orçamento para o próximo ano. Parabenizou ainda a SMS  
186 de apoiar a iniciativa. Diz esperar que o orçamento não seja enviado, novamente, para a  
187 Câmara antes de ser debatido no CMS. Argumentou que a SMS, quando for elaborar o  
188 orçamento, o qual o CMS quer contribuir, tenha como referência a IXª Conferência  
189 Municipal de Saúde, o qual é o balizamento recente da intenção da sociedade para a Saúde  
190 no município. Falou que a SMS deve conhecer as deliberações da Conferência, onde a partir  
191 deste documento apontar para onde irão os gastos na Saúde no próximo ano. Diz pensar  
192 que este é o momento de debate sobre o Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”, da gestão  
193 do CHOV, sendo principalmente com foco na gestão pública. Defendeu a necessidade de se  
194 prever para o próximo ano, que deve aumentar os recursos na folha de pagamento da  
195 Saúde, pois se assim ocorrer, estará delineado sobre as discussões realizadas no presente  
196 ano, com o foco na discussão sobre o excesso da terceirização na Saúde. Lembrou que a  
197 Conferência aponta para essas questões, pois quando se inaugura as obras da Saúde  
198 realizadas na cidade, deve-se pensar no quadro de recursos humanos municipais e públicos  
199 para estas instituições, caso contrário, as unidades inauguradas serão terceirizadas, o qual o  
200 CMS não vem apontando. Informou que a Comissão Executiva apontou que a pauta para a





## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



201 próxima reunião será Recursos Humanos, pois o CMS defende que a verba destinada aos  
202 concursos públicos seja, de fato, executada. Solicitou que o debate seja realizado nesta casa,  
203 antes de ir para a Câmara dos Vereadores. O Sr. Mariante afirmou que quando se discute  
204 orçamento, se discute poder, onde a questão do orçamento pode-se fazer muitas  
205 Conferências, porém, enquanto isso não se transforma em determinações do que vai se  
206 gastar no orçamento, resulta, muitas vezes, em proclamação de poder. Lembrou que já  
207 houve, em Campinas, um orçamento participativo, onde, apesar de não ser a ideal, existiu.  
208 Defendeu que este orçamento participativo deveria ter sido aprimorado, o que não ocorreu,  
209 onde hoje é um nome perdido, com ausência absoluta de qualquer processo de deliberação  
210 social, à respeito do orçamento, sendo uma farsa e inexistente. Falou que uma das questões  
211 que tentaram realizar, não fora somente as plenárias para deliberações, mas a execução  
212 orçamentária, incluindo o seu acompanhamento. Diz que, com toda a balela da Lei de  
213 Responsabilidade Fiscal e o controle realizado, o qual a sociedade tem acompanhado como é  
214 feito, sendo que o problema ainda é autorizativo, onde se será realizado ou não é outra  
215 questão. Falou que a execução ainda permanece aos sabores das vontades de técnico-  
216 burocracia, as quais estão distantes da necessidade real da população. Defendeu que é  
217 necessário retomar essa discussão. Endossou a questão levantada pelo Sr. Francisco, sendo  
218 fundamental a realização de uma reunião do CMS, antes da proposta de orçamento ser  
219 encaminhada à Câmara dos Vereadores, onde é pactuação política que a peça orçamentária  
220 da Saúde seja discutida no Conselho Municipal de Saúde. Afirmou categoricamente que não  
221 realizar essa discussão seria o desrespeito, mais uma vez, ao CMS, como já ocorrera  
222 anteriormente, como a questão do CHOV ou a questão das OSs. Afirmou que controle social  
223 não deve ser para olhar o que se fez ou que não se fez, o que deve ser ação do Tribunal de  
224 Contas do Estado. Falou que o CMS deve, a partir do momento que o orçamento for  
225 aprovado, deve ocorrer o controle antes da execução da peça orçamentária, participando de  
226 todas as etapas da construção desta. O Sr. João recordou alguns pontos, verificados na base,  
227 como a falta de remédios, onde, muitas vezes, passa pela questão da licitação e a dificuldade  
228 que se tem, quando após a licitação, de trocar os itens, quando ocorrem problemas, sendo  
229 que os centros de saúde continuam com a falta destes produtos, acarretando sofrimento na  
230 população. Exemplificou com o caso das agulhas odontológicas que, infelizmente, é  
231 impossível trocar esses itens. Apontou que o sistema de licitação deveria ser mudado, pois é  
232 inviável permanecer três meses realizando uma licitação, com a população em necessidade.  
233 Defendeu que o CMS tenha uma comissão para acompanhar essa questão, tanto quanto  
234 acompanhar o andamento e execução do planejamento. Falou sobre o planejamento, onde  
235 é da região do Campo Grande, devendo ocorrer o planejamento de todo o município com a  
236 participação de todas as secretarias municipais, onde ocorre uma dificuldade grande na  
237 conversa entre estas secretarias, ignorando-se a intersetorialidade, deixando a população à  
238 mercê. Afirmou que existe o Campina Grande com uma necessidade enorme da construção  
239 de uma unidade básica de saúde, assim como na região do Florence, onde o centro de saúde  
240 atende cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) habitantes. Defendeu que essas regiões



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



241 devessesem ser menor dimensionadas, pensando nessas questões na hora do planejamento  
242 do orçamento da Saúde. A Sra. Vera parabenizou o Sr. Fábio, o qual conseguiu fazer uma  
243 apresentação de orçamento, o qual é de difícil entendimento. Perguntou se, nesses anos  
244 apontados pela apresentação, tem ocorrido um corte de despesas na Saúde, determinado  
245 pela Secretaria de Finanças. Apontou não estar vendo os gestores de primeiro escalão da  
246 SMS. Perguntou ao secretário de saúde quanto esforço tem sido realizado, para discutir  
247 junto com a Secretaria de Finanças, a questão da importância das verbas da SMS. Perguntou  
248 quanto o CMS tem sido utilizado como bandeira de discussão, para se afirmar a necessidade  
249 das verbas na Saúde. Afirmou que não é papel do CMS discutir com qual verba a Dra. Rosely  
250 paga uma festa de casamento e que os cidadãos de Campinas não devem se solidarizar com  
251 essa dívida, pois esta foi adquirida pela Prefeitura e pela pessoa do Prefeito, não devendo  
252 aos munícipes pagar por isto. O Sr. Porsani questionou o pleno sobre a prorrogação da  
253 reunião por trinta minutos, conforme consta no regimento. Em regime de votação, o  
254 Conselho Municipal de Saúde **APROVA a prorrogação da reunião por mais trinta minutos**,  
255 com 04 (quatro) votos contrários e 01 (uma) abstenção. O Sr. Fábio respondeu que a  
256 previsão para o início da construção do Centro de Saúde do Parque Oziel é setembro, sobre  
257 a autonomia do FMS defendeu ser um momento importante para trazer a discussão sobre  
258 essa questão. Explicou que o FMS tem a autonomia do empenho e da liquidação, mas não na  
259 hora do pagamento, onde os recursos próprios são pagos pela Secretaria da Finança, sendo  
260 que a Saúde paga apenas com os recursos oriundos da União ou do estado. Defendeu ser um  
261 bom momento político de discutir essa autonomia e provar que a Saúde tem condições de  
262 administrar o próprio orçamento, pois se entende as principais demandas e necessidades.  
263 Sobre o empenho, explicou que não significa necessariamente que se trata de dinheiro em  
264 caixa, sendo um documento chamado de “nota de empenho”, que está reservado para  
265 aquela despesa ao longo do ano. Ressaltou que o empenho é uma estimativa do que será  
266 gasto com aquele contrato ou convênio. Afirmou que, para obras, estão empenhados R\$  
267 18.387.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta e sete mil reais), com todas as obras  
268 praticamente empenhadas. Porém só foi possível pagar R\$ 1.304.000,00 (um milhão,  
269 trezentos e quatro mil reais). Afirmou que as obras não estão sendo faturadas nem pagas,  
270 porém este quadro não ocorre somente com a Secretaria da Saúde. Explicou que a Saúde  
271 tem orçamento, sendo a primeira fase da despesa. Falou que o ano que vem será um ano  
272 complicado, pois os prefeitos não poderão deixar dívidas para os próximos prefeitos.  
273 Explicou que a saída é priorizar o que realmente deverá ser gasto, o que justifica a discussão  
274 no CMS, para que o Conselho ajude a gestão a priorizar os gastos para o ano que vem.  
275 Explicou que deverão ser priorizadas algumas obras, sendo que os contratos deverão ser  
276 mantidos. Falou que as obras já iniciadas não poderão parar, devendo ser garantida a  
277 continuidade das obras e dos contratos já realizados. Sobre a transparência, defendeu que  
278 isso deve ocorrer e a importância da participação do CMS. Apontou que o CMS deve  
279 permanecer na SMS fiscalizando a execução das verbas, afirmou não se negar à apontar  
280 todos os gastos da execução das verbas da Saúde. Lembrou que a Prefeitura deve apresentar



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



281 seus gastos à cada três meses e publicá-los em Diário Oficial. Sobre os empréstimos, explicou  
282 que a Prefeitura não tem mais limite para a realização de empréstimos, pois os prefeitos  
283 anteriores adquiriram muitos empréstimos, que consomem em torno de 10% de seu  
284 orçamento, impedindo a aquisição de novos empréstimos. Afirmou que estes empréstimos  
285 deverão ser pagos nos próximos vinte anos. Sobre os restos à pagar, explicou que são R\$  
286 384.000.000,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões de reais) que passam de um exercício  
287 para o outro. Explicou que estes valores consistem em credores, fornecedores que não  
288 receberam ou bancos, os quais as dívidas passaram de um ano para o outro, devendo ser  
289 pagas, obrigatoriamente. Explicou que o próximo ano será complicado, pois além de  
290 executar o orçamento de 2012, deverão ser pagas as dívidas acumuladas. Sobre a  
291 contratação de RH, o dissídio e o pagamento dos direitos dos trabalhadores explicou que  
292 estes deverão estar considerados na peça orçamentária. Na questão do RH, explicou que a  
293 SMS aponta as prioridades, mas quem finaliza a contratação é a Secretaria Municipal de  
294 Recursos Humanos e a Secretaria de Finanças, o que diminui a autonomia da SMS para a  
295 formação do seu quadro de RH. Afirmou que a SMS não tem a autonomia sobre o dissídio e  
296 a contratação de funcionários por concursos públicos. Afirmou que assumiu com a Comissão  
297 Executiva o compromisso de discutir a peça orçamentária da SMS, com o pleno, antes de ir  
298 para a Câmara dos Vereadores, para que não se passe acima do CMS. Falou que participou  
299 do orçamento participativo, sendo uma experiência muito boa, onde a população teve  
300 acesso à execução e definição dos orçamentos da Prefeitura, onde a Secretaria de Finanças  
301 veio explicar quanto tinha de investimentos e as execução destes orçamentos. Defendeu  
302 que o CMS discuta sobre o orçamento participativo e que chame as outras secretarias para  
303 que explicassem sobre os seus respectivos orçamentos. Respondeu que uma licitação  
304 demora em torno de dez meses, pois passa por vários órgãos dentro da Prefeitura, o que  
305 acarreta um longo período de realização. Defendeu que o CMS solicite a presença da  
306 Secretaria de Planejamento para que explique os novos empreendimentos imobiliários, para  
307 que se expliquem os planos diretores, para que a Saúde priorize a construção de novas  
308 unidades nas regiões que receberão mais habitantes. Falou que diariamente desce na  
309 Secretaria de Finanças cobrar a liberação de recursos, junto com outros diretores e o  
310 secretário de saúde. Apontou que vem ocorrendo contingenciamento, principalmente neste  
311 ano, que a situação está bem mais complicada, dificultando a execução do orçamento. O Sr.  
312 Saraiva concordou com o Sr. Xavier sobre a necessidade de finalizar o Centro de Saúde  
313 Jardim Oziel, onde ocorreu muitos problemas com o terreno e após com a empreiteira.  
314 Justificou que esta finalização é prioridade na SMS e no gabinete do Prefeito. Falou que  
315 Campinas é o município, dentre os que possuem mais de um milhão de habitantes, a  
316 Secretaria de Saúde é a mais enxuta administrativamente. Apontou que dos 6.000 (seis mil)  
317 funcionários, não existem mais que 110 profissionais no 11º andar, sendo que o número de  
318 médicos na gestão é muito pequeno. Explicou que existem muitos gestores enfermeiros,  
319 psicólogos e dentistas. Defendeu que na hora do aperto, o médico deve sair de sua cadeira e  
320 ir atender à população. Afirmou que vive o pesadelo da chantagem que algumas





## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



321 empreiteiras e outros serviços privados fazem com o serviço público. Afirmou que ocorre  
322 uma extorsão, de forma legal, por serviços que poderiam sair por R\$ 600.000,00 (seiscentos  
323 mil reais), onde as empreiteiras cobram mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).  
324 Ressaltou que existe uma quase extorsão, devido aos custos altos da gestão pública, sendo  
325 necessária uma reforma de estado para que isto seja modificado. Falou que certamente  
326 hoje, por conta do esforço insano realizado pelo Sr. Mauro e pelo Sr. Fábio, não ocorre a  
327 falta de entrega de materiais ou insumos por falta de pagamento, pois quando isso  
328 acontece, traz para os fornecedores para dentro do gabinete. Apontou que existe o atraso  
329 de fato, mas que ocorrem negociação para que não ocorra o não envio destes materiais.  
330 Sobre o concurso, explicou que houve um direcionamento de quinhentos servidores para a  
331 Saúde, entre médicos, dentistas, técnicos de enfermagem, enfermeiros e a expectativa de  
332 que o Prefeito anuncie o concurso público no início deste semestre. Falou que é preciso que  
333 o concurso, particularmente, para resolver as questões relacionadas à Saúde Básica.  
334 Ressaltou que houve vários processos seletivos de alguns anos para cá, sendo estes para  
335 médicos, não havendo concurso, pois existia uma lei sobre cargos e salários, até a sua  
336 regulamentação. Afirmou que a SMS se encontra no terceiro concurso para médicos. Diz que  
337 é preciso realizar a construção coletiva da peça orçamentária e que a SMS não quer se eximir  
338 desta necessidade. Afirmou que a SMS também é atropelada pela Secretaria de Finanças, a  
339 qual libera a receita muito em cima da hora. Colocou-se favorável à descentralização de  
340 recursos para que estes venham direto para a SMS, onde existe muita resistência, pois  
341 perde-se o controle do contingenciamento. Explicou que existem muitos gestores na  
342 presente reunião. Afirmou que não realiza embates com a Secretaria de Finanças, onde caso  
343 exista algum problema, se encaminha direto ao gabinete do Prefeito, pois quem decide  
344 essas questões é o próprio Prefeito. Falou que alguns medicamentos foram adquiridos no rol  
345 de medicações fornecidas pela SMS, tal como a Sinvastatina, a qual só era fornecida na  
346 farmácia de alto custo. Explicou que houve sub-dimensionamento, pois existia uma enorme  
347 demanda reprimida e uma grande migração do servido particular para as farmácias pública.  
348 Argumentou que, enquanto o estado não cumprir suas obrigações financeiras e enquanto a  
349 EC 29 não for regulamentada, grande parte do orçamento será responsabilidade do  
350 município e convidou a todos para encampar a briga para aumento de recursos para a Saúde  
351 de Campinas. O Sr. Porsani questionou o pleno se abre mais uma rodada de perguntas e  
352 falas. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA a segunda rodada de**  
353 **falas**, com 16 (dezesesseis) votos favorável, 09 (nove) votos contrários e 01 (uma) abstenção.  
354 O Sr. Armando perguntou sobre os restos a pagar e se a LRF obriga a Prefeitura a pagar.  
355 Afirmou que no demonstrativo, o orçamento inicial de 2008, gastou R\$ 30.000.000,00 (trinta  
356 milhões de reais) a mais; em 2009, gastou R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a menos;  
357 em 2010, gastou R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) a menos; e em 2011,  
358 gastou R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) a menos. Perguntou se, esse  
359 dinheiro vai para o FMS, esta verba poderia ser gasta dentro do previsto. Afirmou que se  
360 essa afirmação fosse correta, justificaria a autonomia do FMS. Perguntou se o empenho dos



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



361 recursos acarreta no estrangulamento do orçamento. O Sr. Mamede afirmou ser difícil fazer  
362 orçamento quando a situação fica como está. Perguntou se as secretarias estão unificadas  
363 para discutir os problemas dos orçamentos e se são discutidos com o Prefeito, para  
364 solucionar os problemas. Defendeu ser fundamental que cada um com o seu problema se  
365 reúna uma vez por mês para se tirar melhor proveito das ações de dentro das secretarias.  
366 Afirmou aos moradores do Jardim Monte Cristo que a obra sairá, sendo que não poderá  
367 cumprir. O Sr. Francisco colocou que não somos a República de Campinas, sendo necessário  
368 discutir a participação do estado e da União no orçamento da Saúde no município, sendo o  
369 financiamento do SUS como um todo. Falou que a política de investimentos no Brasil prioriza  
370 o pagamento de dívidas para banco, com juros altos, não priorizando investimentos sociais.  
371 Apontou que quando se fala sobre a regulamentação da EC 29, o governo federal sempre  
372 argumenta sobre o rombo que acarretaria no orçamento da Saúde. Parabenizou o secretário  
373 sobre a fala transparente sobre os impasses internos do governo e solicitou que todos os  
374 impasses sobre o orçamento fosse encaminhado ao CMS, para que este conselho possa  
375 auxiliar na disputa interna de verbas. Solicitou que nas prestações de contas sejam  
376 apontadas como se encontram as execuções, além de como está o contingenciamento e os  
377 entraves financeiros, para que o CMS realize a formação estratégica de políticas públicas, a  
378 qual é a função do CMS. O Sr. Fábio respondeu que os restos a pagar devem ser pagos,  
379 principalmente no final dos mandatos, onde os executivos não podem deixar restos a pagar  
380 para o próximo governo que não exista dinheiro em caixa. Afirmou que não se sabe o que  
381 ocorre quando isso acontece, devido à impunidade no país, assim como não existe punição  
382 para os governos que descumprem a LRF e a EC 29. Afirmou que a autonomia do FMS não  
383 garante a execução a totalidade do orçamento, pois pode haver a autonomia e não ocorrer o  
384 repasse da Secretaria de Finanças das verbas devidas, o que acarretaria na falta de  
385 pagamento aos fornecedores e prestadores de serviços da Saúde. Afirmou que a discussão  
386 deve abranger mecanismos que permitam que não se gerasse restos a pagar, o que seria  
387 apenas uma transferência de problema. Apontou que o Centro de Saúde do Parque Oziel  
388 deve entrar no planejamento e explicou que o problema inicial era com o terreno, o qual  
389 não era de propriedade da Prefeitura, sendo essa uma exigência da Caixa Econômica  
390 Federal. Falou que este é um problema com várias unidades de saúde. Sobre as prestações  
391 de contas, afirmou que acatará a sugestão. Falou que existe muito interesse contrário à EC  
392 29. O Dr. Saraiva apontou ser um sonho que a Secretaria de Finanças e a Secretaria de  
393 Recursos Humanos e toda a sua diretoria usasse e conhecesse o SUS, para que seja mais fácil  
394 a liberação de recursos. Afirmou que já houve secretários que intencionaram retirar o FMS  
395 da SMS, os quais tiveram muita resistência, sendo os enfrentamentos diários e complicados.  
396 O Sr. Mariante realizou a leitura da sua proposta de resolução: “O Conselho Municipal de  
397 Saúde, tendo em vista o andamento do processo de elaboração da proposta de Lei  
398 Orçamentária Anual, para o exercício de 2012, na Administração Municipal de Campinas,  
399 determina à Secretaria Municipal de Saúde que apresente a este colegiado, antes de  
400 encaminhar o projeto de Lei à Câmara Municipal de Campinas, a proposta completa e



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



401 detalhada do orçamento para a Saúde, submetendo a discussão e aprovação por este  
402 Conselho.”. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA, por**  
403 **unanimidade, a resolução apresentada pelo Sr. Mariante**. O Sr. Francisco realizou a leitura  
404 da sua proposta de resolução, sendo: “O Conselho Municipal de Saúde delibera pela plena  
405 autonomia do Fundo Municipal de Saúde, no processo de execução orçamentária da Saúde,  
406 em todas as etapas, inclusive pagamentos, incluindo os recursos municipais, os quais devem  
407 ser transferidos ao Fundo Municipal de Saúde, em até 10 (dez) dias.”. O Sr. Saraiva ponderou  
408 sobre a votação de situações administrativas extremamente difíceis de se resolver,  
409 acabando ser intransponíveis. Defendeu o mérito da resolução, porém falou sobre a  
410 dificuldade do cumprimento, pois envolve a Prefeitura como um todo. O Sr. Francisco  
411 respondeu que o CMS deliberando a resolução, não ocorrerá a conversão automática.  
412 Ressaltou que essa alteração depende de leis municipais, sendo o papel do CMS cobrar e  
413 iniciar a discussão, cabendo ao Executivo formular a lei, para que seja encaminhada à  
414 Câmara dos Vereadores. Ressaltou que a resolução se trata de uma posição política do CMS.  
415 O Sr. Xavier questionou o prazo apresentado na resolução. O Sr. Francisco explicou que o  
416 prazo se trata para o repasse de verbas da Secretaria de Finanças para a SMS. O Sr. Mariante  
417 explicou que essa resolução é uma afirmação política de que a Saúde não quer que sua  
418 verba sofra contingenciamento ao sabor e vontade dos governantes. O Sr. Saraiva defendeu  
419 a iniciativa do CMS para que seja avançada a questão de transferência de recursos. Em  
420 regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA, por unanimidade, a resolução**  
421 **aprovada pelo Sr. Francisco**. O Sr. Porsani explicou que não haverá reunião extraordinária  
422 em agosto. Encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. Nada mais a ser tratado,  
423 eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do CMS, lavro a presente ata,  
424 assinando-a juntamente com os demais presentes.